

PF investiga suspeitos de fraudarem empréstimos da Caixa

A operação “Smart Fake”, da Polícia Federal, foi deflagrada nas cidades de Teresina e Pedro II, no Piauí, e em Timon, no Maranhão | Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Além das prisões temporárias, os agentes federais cumpriram ainda 12 mandados judiciais de busca e apreensão.

Quatro pessoas suspeitas de fraudar operações de crédito concedidas pela Caixa Econômica Federal à mais de uma centena de empresas foram presas, na manhã desta quarta-feira (06), pela Polícia Federal (PF) no âmbito da Operação Smart Fake.

Além das prisões temporárias, os agentes federais cumpriram ainda 12 mandados judiciais de busca e apreensão em endereços residenciais e comerciais relacionados aos investigados nas cidades de Teresina e Pedro II, no Piauí; e em Timon, no Maranhão.

As ordens judiciais foram autorizadas pela 3ª Vara da Justiça Federal, que determinou também o sequestro de bens dos suspeitos. Eles integram um grupo criminoso investigado de desviar mais de R\$ 20 milhões dos cofres públicos.

Segundo PF, a apuração do suposto esquema teve início com a denúncia feita por um empresário da capital do Piauí, Teresina. De acordo com a corporação, o denunciante revelou que os investigados pediram a Caixa um crédito fraudulento para sua empresa.

Ainda de acordo com o empresário, todos os trâmites burocráticos para que o banco público concedesse o dinheiro foi intermediado por uma pessoa posteriormente identificada

pelos investigadores e que, para a obtenção do crédito à empresa do denunciante, apresentou documentos falsos, fraudando inclusive o faturamento da empresa.

A partir da identificação do intermediário, os policiais federais descobriram outros contratos irregulares, firmados desde 2022. Já foram identificados 179 contratos suspeitos feitos com 115 CNPJs (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica). Algumas empresas se destacaram pelo volume de empréstimos inadimplentes, acima de R\$ 800 mil cada uma.

Além da falta de pagamento de empréstimos concedidos pela Caixa, os investigadores também detectaram movimentações suspeitas e outras inconsistências e irregularidades, como o fato dos CNPJs de várias das empresas estarem baixados ou inaptos na Receita Federal.

Os envolvidos podem responder pelos crimes de estelionato qualificado, organização criminosa, falsificação de documentos, além de outros que venham a ser identificados no decorrer da investigação.

Fonte: *Alex Rodrigues / Agência Brasil* e Publicado Por: <https://www.adeciopiran.com.br> em 06/11/2024/16:41:38

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog <https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>

<https://www.adeciopiran.com.br>, fone (WhatsApp) para contato (93)98117- 7649 e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>